



**ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**27ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção
Ambiental do Banhado Grande**

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no Auditório Marc Bordas, Prédio Administrativo do Instituto de Pesquisas Hidráulicas-IPH, localizado no Campus do Vale da UFRGS, Av. Bento Gonçalves 9500, Bairro Agronomia em Porto Alegre/RS, os membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande para a vigésima sétima Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente Interina do Conselho Deliberativo, Sra. Cecília Schüler Nin.

Estavam presentes as seguintes entidades através de seus representantes:

- **ACIVI** – Rafael Goelzer (titular)
- **APN VG** – Sérgio Cardoso (titular) e Tânia Peixoto (suplente);
- **Comitê Gravataí** – Manoel Adam (titular)
- **Curicaca** – Jan Mahler Jr. (titular)
- **DRH/SEMA** – Rafael Eckert (titular)
- **DUC/SEMA** – Cecília Nin (suplente)
- **EMATER RS** – Paulo Viegas (titular)
- **FARSUL** – Ivo Lessa (titular)
- **FEPAM** – Claudia Wolff (titular)
- **FIERGS** – Rafael Ferreira (suplente)
- **FIERGS** – Marilene Conte (suplente)
- **FIERGS** – Tiago Pereira Neto (suplente)
- **FIERGS** – Cristiano Weber (titular)
- **ICMBio** – Lisandro Signori (titular)
- **INCRA** – Paulo Heerdt Junior (suplente)
- **Legião da Boa Vontade** – Charles Viana (titular)
- **Lions Club** – Oraclides Garbini (titular)
- **Grupo Maricá** – Aurici Azevedo Rocha (titular)
- **Pref. Municipal de Glorinha** - Odilon Gonçalves (suplente)
- **Pref. Municipal de Sto. Ant. da Patrulha** – Állan Costa da Rosa (suplente)



**CONSELHO
DELIBERATIVO**
DA APA DO BANHADO GRANDE

CONSELHO DELIBERATIVO DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Rua Borges de Medeiros, 261, 10º andar – Porto Alegre/RS – CEP 90020-021
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 3288-8101

- **Pref. Municipal de Viamão** – Sandra Berto (suplente)
- **Sindicato Trab. Rurais de Glorinha** – Antônio Carlos (titular)
- **Sindicato Rural de Viamão** – Pedro Silverio (titular)
- **UFRGS** – Fernando Meirelles (titular) Darci Campani (suplente)

Também participaram desta Assembleia, como convidados, a coordenadora de Planos de Manejo da **DUC/SEMA**, Biól. Paola Stumpf; Biol. Luisa Lokschin **DUC/SEMA**, Biol. André Osório **DUC/SEMA**.

Compareceram também os seguintes visitantes: Albano Schwarzboad da **AEBA**, José Gallego Tronchoni da **Top Com Consultoria**, Juliana da Silva Rodrigues e **Paula Branco** da Metroplan, Nestor Imhoff da **APN**, Samuel da Silveira do **Vila Ventura**, José Francisco da **SMMA Viamão**, Janete Feijó do **Goufe Mineração**, Lauro Oliveira da Silva da **Prefeitura**.

- Fala anfitrião

Professor André Luiz Lopes da Silveira falou sobre a perspectiva de se trabalhar na realização do Plano de Manejo da APA BG, isso demonstra que estamos a disposição como Instituto das Águas da UFRGS, com uma folha bastante grande não só no Rio Grande do Sul mas em todo o Brasil e América Latina. Contem com a disponibilidade dos professores da UFRGS, sempre vai haver gente motivada a trabalhar. O professor Campani é o suplente e o Professor Meirelles é o titular. Então encerro aqui as minhas boas vindas e qualquer coisa é só me contatar na direção, eu agradeço.

A Presidente Interina do Conselho Deliberativo, Sra. Cecília Nin, deu início à reunião dando as boas vindas aos Conselheiros e agradecendo ao representante do espaço, Auditório Marc Bordas, Prédio Administrativo do Instituto de Pesquisas Hidráulicas-IPH, localizado no Campus do Vale da UFRGS, Av. Bento Gonçalves 9500, Bairro Agronomia em Porto Alegre/RS, pelas colaborações que vem fazendo pela APA BG e também agradecendo aos colegas da DUC pelo apoio nesta reunião e em todo processo que vem fazendo pelo Plano de Manejo. Apresentou a nova servidora lotada na APA BG a agente-administrativa Ana Paula Ribeiro. Perguntou se todos receberam o e-mail enviado com as minutas das portarias a serem aprovadas nesta reunião. A conselheira Sandra Berto da Prefeitura de Viamão informou que não recebeu. Cecília ficou de verificar o que pode estar acontecendo porque não é primeira vez que Sandra Berto não recebe os e-mails. Cecília perguntou se todos concordam em incluir essa pauta no item de gestão e ela enviará uma cópia para todos. Os conselheiros decidiram não votar nas portarias nesta reunião. Então Cecília passou para o próximo item.

Pauta 1. Aprovação da Ata da Assembleia Anterior (não foi lida)

Pauta 2. Apresentação sobre Projeto do Baixo Caí - Paula Branco da Metroplan falou sobre alguns projetos em andamento para o estudo do Baixo Caí que estão em fase de finalização. É um estudo de concepção das melhores alternativas para a minimização de cheias, que é o mesmo estilo de estudo que está sendo previsto para a Bacia do Gravataí. Além disso estamos com obras pontuais no Arroio Sapucaia que são bacias de detenções, são no total um projeto de sete bacias dos municípios de Canoas e Esteio. O PAC tem quatro projetos, a Bacia do Gravataí que é o nosso assunto hoje, a Bacia do Sinos e dois diques que é um do Arroio Feijó e o outro em Eldorado. Apontando um histórico do programa do PAC em 2012 foi feita a seleção de nove propostas, sendo para o Gravataí algumas barragens com auxílio do Professor Tutti e o Dante Larents que são do IPH, nós resolvemos mudar o objetivo do PAC porque essas propostas de barragens bem específicas não estavam embasadas tecnicamente então foi solicitado ao Ministério uma realocação do recurso para fazer um estudo geral na Bacia do Gravataí e Sinos. Em 2013 ficou definido que seriam esses quatro projetos. Explicou o que é o PAC, é uma prevenção, mapeamento ele tem monitoramento de alerta e a resposta. O objetivo dos estudos no Gravataí e no Sinos. Então é o mapeamento de zonas de risco em todo o longo do rio. Este estudo está na SELIC, o edital está para ser lançado neste mês ainda e vai ser uma licitação, ele está contemplando levantamentos de campo que inclui um voo de uma escala de um para seis mil com restituição para dois. Levantamentos topo-batimétricos e para fazer todo o levantamento de campo, simulações hidráulicas, hidrológicas para fazer o anteprojeto do melhor cenário de intervenções. Na segunda etapa vai ser um complemento dos estudos ambientais para licença-prévia nos projetos básicos de engenharia. Até aqui temos recursos já garantidos do Ministério das Cidades. O objetivo é ter uma licitação para a obra que é uma etapa futura, ainda estamos em busca de recursos. O plano do Ministério entra em contenção de cheias. A pedido da Prefeitura do Conselho de Gravataí conseguimos adicionar controle de estiagem também neste termo. **Tânia Peixoto** pediu para voltar ao slide anterior falou que na última reunião foi feita a referência que estava faltando a palavra seca ali, é cheia na Bacia do Gravataí. Paula responde estiagem e aponta que já está ali. Nós conseguimos com o Ministério que o estudo contemple as cheias e estiagem. Todo o banhado estará contemplado e alguns municípios. Os municípios que não serão contemplados como Canoas, Alvorada e Porto Alegre é porque já possuem esse tipo de levantamento. Algumas opções serão barragens, degraus no início da área urbana. Este é o estudo de viabilidade a princípio são hipóteses de estudos anteriores mas nada aprovado ainda. Além desse termo que está sendo lançado ainda este mês. Para 2016 está sendo previsto uma segunda etapa para este projeto. **Paula Branco** pede desculpas pela apresentação

rápida avisa que está a disposição para esclarecimentos e deixa seu contato. **Cecília** agradece a apresentação da Paula Branco e coloca para o plenário se alguém tem alguma consideração ou perguntas. **Rafael Goelzer** pergunta qual a previsão da conclusão do projeto e Paula responde que o estudo tem doze meses de cronograma a partir do lançamento do edital que está previsto entre trinta e sessenta dias. O final previsto para dois mil e dezesseis. **Sandra Berto** pergunta qual a participação, interlocução com os municípios, Paula Branco responde que é cem por cento e explica que foi montado um grupo no início para buscar dados, o contato foi feito mais com os municípios que já tinham dados a nos fornecer foi Alvorada, Porto Alegre e Canoas. O objetivo é ter um grupo, assim como tem o Caí, inclusive convidar alguns de vocês para acompanhar, monitorar a fiscalização de contrato. **Professor Campani** informa que o Comitê de Bacia tem um estudo, tem informações. Paula informa que também estão em contato com o comitê e que nos termos de referência um dos objetivos é buscar estudos anteriores. **Professor Campani** fala que estudo deve ser submetido a apreciação do comitê. **Cecília** pergunta se estas barragens vocês veem como obras certas e Paula responde que não, explicando que são estudos que tem essas barragens como soluções que estão sendo levadas em conta. **Ivo Lessa** com a palavra reforça o que disse Professor Campani sobre a importância da participação do comitê, do Conselho, que falam em uma coisa só, projetos conjuntos. **Cecília** verifica se mais alguém tem alguma pergunta e agradece a apresentação da Paula.

Pauta 3. Ação Civil Pública Cecília fala sobre a ação civil pública que está vigente desde de fevereiro de 2014, lembra que na última reunião do Conselho estavam finalizando o acordo mas aquilo regrediu, porque os municípios não tinham sido incluídos nas discussões, então o Estado entendeu que deveria incluir os municípios e que eles fizessem as suas considerações, desde então, o MP, SEMA, FEPAM e FAMURS, vem conversando para ajustar esse acordo. Na última sexta-feira dia três de outubro teve uma reunião com Ministério Público e o Promotor informou que ele já assinou o acordo e que agora esse acordo agora estaria na PGE para assinatura, então seguimos na espera dessa assinatura para que a ação seja suspensa. **Marilene Conte** pergunta o que consta nesse acordo e Cecília responde que não tem a última versão e que também não pode acompanhar as últimas reuniões, mas o acordo é que toda a restrição para o raio de 10Km deverá ser suspensa, não vai ter mais as restrições da ação, e o que vai ficar mais restringido é a questão da mineração. **Marilene Conte** pergunta se tem alguma dependência se está na mão da PGE para análise ou tem alguma outra coisa assim. **Cecília** responde que como a PGE participou de todas as reuniões e eles vem concordando com os termos, acredita que seja somente uma questão burocrática e até pediu retorno na sexta-feira, mas não obteve. **Marilene Conte** pergunta se então ficaria restrito aos quatro municípios da APABG. **Cecília** fala que acredita que tenha uma exceção para utilidade pública. O promotor estava achando muito ampla a caracterização de utilidade pública segundo o Novo Código Florestal, estavam nesta discussão do que era utilidade pública ou não. **Odilon Gonçalves**

pergunta se vai ter alguma brevidade a questão de mineração e Cecília informa que a ideia é que isso já tivesse sido discutido nessa última reunião. **Tânia Peixoto** pergunta como é que o Conselho fica sem saber o conteúdo do acordo, estamos aqui assim sem saber o que está nesse acordo. **Sandra Berto** diz que o conselho nem foi consultado da ação. **Tânia Peixoto** diz que isso a dois meses atrás, na reunião em Glorinha foi solicitado a coordenação que encaminhasse para o promotor a nossa insatisfação por não termos sido informados do teor do acordo. Agora dois meses depois nós estamos aqui na mesma coisa então nem vamos falar nisso estamos aqui de burros de patetas sem saber o que nós estamos falando. A desconsideração da Promotoria com o Conselho é enorme. **Cecília** diz que fez o documento e falou ao promotor que o que o conselho solicitou, e pede sugestão do que os conselheiros acham que pode ser feito, deveríamos ter encaminhado antes. **Odilon Gonçalves** pergunta se a PGE tem essa informação. **Sandra Berto** falou que quando a PGE assinar o acordo é que o Conselho vai saber o que consta. **Tânia Peixoto** diz que o Conselho pode ter certeza que quando der algum problema o promotor não vai segurar isso, ele vai querer que nós paguemos o ônus. **Ivo Lessa** questiona por que parou esse processo agora e conclui que se a FEPAM e a SEMA chegaram a conclusão que se assinasse aquele TAC, tudo estaria trancado. E foi o órgão do Estado que procurou a FARSUL para conversar, acha que essa questão da retirada dos 10Km é uma coisa que deveria ter passado pelo Conselho, concordando com **Tânia Peixoto**. Se ouve falar mas ninguém viu no papel, ouve um bom contato com a Dra. Maria Patrícia da Procuradoria do Estado. Assinam FEPAM, SEMA, MP, e dane-se o Conselho, afirmando que o tema tem que passar pelo Conselho..o Conselho existe não sabe pra quê? **Professor Campani** fala que na implantação desse Conselho foi dito que a presidência tem que ser da SEMA. A presidência é uma representação administrativa, nós somos um órgão da SEMA que tem seu presidente dentro do Conselho então essa ponte tem que acontecer. Ou a gente demonstra que é um Conselho que tem alguma força, ou já pela terceira ou quarta vez as coisas vem e são tratadas administrativamente e administrativamente tu acaba te subordinando simplesmente a uma estrutura administrativa que manda documento se quiser e não manda se não quiser. Não é administrativo, mas nós temos o nosso peso, somos um órgão deliberativo dentro da SEMA e temos que receber esse documento como condição prévia. Fica em dúvida essa questão dos municípios não assinarem, a própria SEMA, órgão público às vezes a porta de um lado não conversa com a porta do outro lado. Quinta-feira passada, nós votamos, alguns estão aqui, votamos uma resolução nova do CONSEMA, sobre o licenciamento o que é de caráter local, passa aos municípios uma boa carga do licenciamento. Documento esse que parece que fala em fiscalização e se fala em fiscalização os municípios tem que assinar para ser coerente. Se a própria SEMA, semana passada diz que é para passar para os municípios, uma semana depois ela não pode dizer “não os municípios não precisam assinar”. **Sandra Berto** fala que esse acordo só restringe algumas atividades voltadas a mineração. **Professor Campani** diz que não sabe porque não leu esse documento. Essa

questão ele não sabe como ficou porque se pretendia que os licenciamentos ambientais de competência dos municípios ficassem fora do acordo, ficassem isentos da restrição que o acordo quer impor, não sei se o promotor aceitou isso e assinou isso. **Cristiano Weber** fala que receberam uma minuta e esta fala que até a data da publicação da portaria de aprovação do Plano de Manejo, o licenciamento ambiental de empreendimentos de atividades potencialmente causadores de impacto ambiental, dentro dos limites territoriais da APA do Banhado Grande deverão ter autorização para o licenciamento. **Sandra Berto** diz que isso é sobre atividades de mineração. **Sérgio Cardoso** fala que tem alguns princípios aqui, que temos que ter cuidado para não se perder. Naquela última reunião em Glorinha o promotor pediu carta branca a este Conselho e o Conselho se recusou de dar carta branca para o promotor, porque não aconteceu nada, ele encaminhou do jeito que ele quis, da cabeça dele. E me recordo que a discussão era o debate dos municípios, aonde estava o acordo que um conselho que reúne os municípios, porque os municípios estão aqui dentro os que não estão é porque não querem. Como é que faz um acordo com essa dimensão que influencia numa região toda casada com a política de licenciamento ambiental e esse Conselho fica à margem do processo. Um acordo desses assinado pelo promotor sem legitimidade da sociedade que teoricamente está aqui representada, coloca em cheque mate o papel desse Conselho. Na hora da pegada, vamos ver se não vai vir algum documento para esse Conselho. Eu quero dar este destaque que não dá para engolir isso de maneira tranquila, porque fizemos um manifesto e o promotor continua fazendo da maneira dele. **Cecília** diz que o promotor autorizou ela a divulgar o acordo, mas ela não tem os termos desse acordo. **Sérgio Cardoso** diz que o que está acontecendo é que existe lá no MP a aceitação da existência desse Conselho, mas não está sendo respeitada a sua vontade. **Cecília** pergunta o que os conselheiros sugerem do Conselho ter como encaminhamento disso. **Professor Campani** sugere que se exija a cópia do acordo para ser vista pelo Conselho. **Cecília** pergunta se deve ser visto o documento antes de sua assinatura. **Ivo Lessa** diz que não importa o documento deve ser visto pelo Conselho, qualquer coisa ele pode recorrer na justiça derrubar é do poder dele. Independente de estar assinado ou não, queremos ver o documento. Acha que o Conselho pode chegar a uma posição de notificar o Secretário e o Promotor. **Tânia Peixoto** concorda com Ivo Lessa e pergunta se será que o Secretário está sabendo disso? **Luísa Losckin** responde que isso já está em outra esfera, e que como Secretaria também não sabemos, o processo está na PGE. **Ivo Lessa** diz que então não assumam o processo. O Conselho é ligado a Secretaria Estadual do Meio Ambiente então é a ela que nos temos que nos dirigir e ao MP, não importa aonde está o processo. O Conselho discute quem assina o documento. **Ivo Lessa** lê um documento com os nomes Daniel Martini, Néio Lucio, Nilvo Silva, Maria Patrícia Molman, Ana Paula Arigoni, Cristiano Bandeira. **Tânia Peixoto** diz que estão encaminhando a gente que nem sabe o que está acontecendo. **Professor Meirelles** fala que o Secretário tem que manifestar a postura da SEMA diante do Conselho. Por que se o Secretário vai lá fazer uma reunião no MP e aceita

fazer o acordo é ele que está assinando alguma coisa. **Cecília** pergunta se é pra segurar a assinatura, o conselho se manifesta dizendo que quer conhecer o acordo. **Luisa Losckin** pergunta se a ideia é que seja feito um ofício manifestando a insatisfação do Conselho com a tramitação da ação civil e que ele quer conhecer o acordo. **Rafael Eckert** sugere que o documento pode ser enviado por e-mail para apreciação do Conselho, para aprovação e se for necessário deve ser chamada uma reunião extraordinária. **Tânia Peixoto** torna a repetir que este acordo tinha que estar nessa reunião para estar sendo analisado, que foi uma falha da coordenação bem grande, uma baita cochilada, isso a dois meses atrás nós manifestamos interesse. A Cecília diz que solicitou o retorno da PGE na sexta-feira. **Tânia Peixoto** diz que Cecília deveria ter pedido a sua chefia o Secretário. **Luísa Losckin** que agora não temos como voltar ao passado, reconhece que é importante passar pelo Conselho, que às vezes não está ao nosso alcance e tentar melhorar. **Tânia Peixoto** diz que em dois meses não fizeram nada, e que a parte administrativa está aqui para isso, tem que funcionar. **Lisandro Signori** diz que não adianta ficar cruxificando as colegas e pede que toquem pra frente. **Professor Campani** diz que se o Conselho quer entrar no processo tem que dar a nossa dedicação. **Cecília** pergunta se após o recebimento do documento via e-mail os conselheiros querem uma extraordinária. **Professor Meirelles** fala que não quer chegar aqui ler o acordo que foi feito para aprovar ou não aprovar, esse acordo deveria ter sido construído aqui dentro. Esse é um Conselho deliberativo, tem que ver com o Secretário e com o Promotor se eles estão bem coerentes com essa falta de tradição de ter um Conselho Deliberativo. Temos aí um assunto que deveríamos defender e ele saiu correndo, se atirou, foi falar com a FEPAM e a SEMA. Tem que ver que foi criado um Conselho, tem todo um regimento e agora vamos receber um acordo pra aprovar? Esse acordo deveria ser discutido aqui. Mas agora concordo com Lisandro Signori passou, é fruto dessa falta de tradição, e não temos que cruxificar as meninas. Estamos aqui trabalhando para o Estado sem receber, de graça. Esse ofício deveria ser mais educativo, mais duro em relação a isso. Foi todo o processo equivocado. **Jan Karel** sugere que o documento seja enviado por e-mail, se for possível, resolver por e-mail ok, se houver necessidade chama-se outra reunião. **Cecília** informa que vai redigir o ofício, enviar por e-mail e se alguém quiser fazer as considerações antes ou depois do recebimento, podem enviá-las. **Sandra Berto** pede a palavra para manifestação e fala que a Ação Civil Pública partiu do Dr. Daniel Martini que na intenção de cobrar o Estado da sua obrigação de executar os Planos de Manejo tanto do Refúgio da Vida Silvestre quanto da Apa do Banhado Grande, penalizou os municípios não permitindo o licenciamento de nenhuma atividade dentro da área da APA BG no raio de 10km ao entorno do limite da APA BG. Depois ainda restringiu a Bacia do Gravataí. A intenção dele era restringir as atividades de mineração, mas nos termos em que ele colocou essa ação civil pública, limitou que todos os licenciamentos fossem impedidos de acontecer. Esse acordo é do MP para o Estado para acordar a obrigação do Estado, mas quem está sendo penalizado são os quatorze municípios do raio de 10km do entorno da APA BG. O que se

entendeu a partir disso, é que esses municípios penalizados fizeram uma pressão na FARSUL, para que fizessem a representatividade desses municípios e que entrassem num acordo com o Estado e o MP de que fosse revista essa restrição a esse ponto. E nessas negociações se conseguiu fazer com que o raio de 10km saísse então que fosse mantida essa sanção dentro da APA BG até que o Estado faça os planos de manejo. Os planos de manejos já estão em andamento como a Cecília apresentou e o André Osório também. A obrigação do Estado está sendo cumprida mas os municípios vão continuar penalizados nas suas atividades até que isso seja concluído, a previsão é de vinte e quatro ou vinte e oito meses, a execução. Alguns desses quatorze municípios não estavam entendendo qual era a abrangência dessa ação nos seus licenciamentos, inclusive continuavam licenciando todas as atividades que eram de suas competências, independente dessa ação civil pública, porque não estavam tendo conhecimento de que isso estava acontecendo. A partir do momento que se fez essa informação, chamaram o MP para ver a abrangência do que ele estava fazendo e se fez essa negociação. O município de Viamão teve um protagonismo nessa ação de chamar os outros municípios, chamar a FARSUL, de tentar reverter a abrangência da ação, que se chegou a um acordo. Na verdade é isso que temos que ver, esse Conselho apesar de ser deliberativo, assim como os municípios ele não tem consulta, o quê que vai abranger ou não. Foi uma ação do MP. O MP não se preocupou em ter restringido a Bacia do Gravataí. Então acha que o acordo já está bem encaminhado, já foi bem discutido, a dois meses já foi trabalhado. Mas ele está em vista de ser assinado, esse Conselho pode até pedir vistas, e tentar se manifestar, mas na verdade a decisão é do MP com o Estado de uma ação que já foi imposta, os municípios foram chamados porque tiveram suas representatividades. O Estado se preocupou em chamar os municípios por pressão, porque se não fosse por pressão os municípios iriam ficar dois anos na ilegalidade. **Ivo Lessa** fala que no mínimo o Conselho deve dizer para o Estado, é que ele errou. **Sandra Berto** acha que inclusive o MP deve ouvir que errou também e que todos estão representados dentro deste Conselho e o mesmo foi desrespeitado. **Professor Meirelles** fala que o Ministério representa o interesse público e no caso do Conselho o interesse não é difuso, o Conselho trata da APA BG, está bem claro, a sociedade está bem representada aqui. O MP deveria ter vindo aqui dizer que iria propor uma ação para pressionar o governo a contratar o plano de manejo, porque eles são governo, nós aqui somos Estado. **Cristiano Weber** fala que tem algo estranho e pergunta se tem alguém da área jurídica presente para explicar melhor. Mas o MP é o fiscal da lei, ele pode propor sim uma ação civil, agora quem decidiu foi um juiz, agora se anula o que o juiz decidiu e faz um acordo? **Sandra Berto** diz que teve uma liminar que tinha um prazo de sessenta dias, ela já está vencida. **Cristiano Weber** fala que esse acordo implica em prazos, para a elaboração do plano de manejo, ele da prazo para uma série de coisas. Acho que o Conselho deveria ter participado da construção disso. Acha que pegar agora esse acordo? Entende que no seu teor o acordo é positivo, porque precisamos ter a APA BG e o plano de manejo funcionando. Será que temos o poder de decidir isso, é a

primeira questão. A segunda isso vai trazer um ganho para esse Conselho? E terceira vamos ver o acordo, colocar algumas coisas.. analisar uma coisa que não participamos? **Marilene Conte** aqui dentro temos os municípios da APA BG, ação implica muito mais que os municípios da APA BG. São quatorze municípios sendo quatro da APA BG e outros dez do entorno. Se essa ação colocou a APA BG e os outros dez municípios ela extrapolou muito. Não concordo que o Conselho tenha toda essa responsabilidade, dentro do Conselho são só quatro municípios e ação abrangeu mais dez. Tem municípios que nem sabiam que pertenciam ao raio 10km, tiveram que ser apontados no mapa, as prefeituras não se achavam. Essa ação nos ajuda porque agora vamos ter um plano de manejo. **Cecília** pergunta então o que o Conselho decide após o encaminhamento do ofício, se chama uma reunião presencial ou resolve-se por e-mail? E por votação foi decidido presencial. Pergunta se querem convidar PGE, MP, e o Conselho quer o Secretário. Ficou definido que o Secretário e o MP devem participar da extraordinária, encerrando a pauta e passando para a próxima.

Pauta 4. Apresentação sobre Plano de Manejo: Cecília convidou a colega Paola, responsável pela Coordenação de Plano de Manejo da Divisão de Unidades de Conservação, para conversar sobre o Plano de Manejo da APA BG. Paola relata que agora temos o convênio para elaboração do plano de manejo entre SEMA e FZB finalmente assinado e publicado dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quatorze e que todos receberam cópia. Estamos exatamente na primeira fase, organização dos trabalhos, da assinatura do convênio até o presente momento, estamos na parte de mobilização de equipe. Foram feitas reuniões entre equipes da SEMA e FZB. Foi feita uma apresentação e contextualização da Unidade de Conservação para a equipe da Fundação que vai executar o plano de manejo que são os pesquisadores do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica. Estamos na fase de escrever os termos de referência. Se vocês lembrarem na última reunião em Glorinha, temos um trabalho específico de hidrologia, para a participação social de mediação das oficinas participativas na elaboração do plano de manejo. Então tudo o que a gente for contratar além da equipe que a FZB já tem, precisamos fazer os termos de referência para essas contratações, nesse período é nisso que estamos nos debruçando desde o final de agosto até o presente momento. Também nesta fase vamos entrar no levantamento de informações para subsidiar as nossas decisões de planejamento da APA BG. Temos que planejar o que é mais importante trazer de informações para o plano de manejo da APA BG. Basicamente é isso, pra lembrar temos a Câmara Temática instituída, ainda não chamamos para nenhuma reunião, porque não quisemos deslocar todos para ouvir relatos. Mas quando tivermos o planejamento inicial dessa primeira fase do trabalho acontecendo vamos começar a chamar a nossa Câmara Temática para fazer esse acompanhamento. **Professor Meirelles** vocês fizeram uma reunião para inserir a equipe e não chamaram a Câmara Temática. Paola responde que esta fase é bem inicial de apresentação e contextualização com os pesquisadores da APA BG e da FZB, fase de apresentação Cecília, Paola, André, ainda não está

definida a equipe de coordenação. Entrou um pessoal novo na FZB e queremos apresentar a APA BG para eles. Vamos ter uma equipe executora, vamos entrar na fase de levantamento de informações que é importante para ter as informações necessárias para subsidiar o nosso planejamento. A FZB tem aquele *modus operandi* de pesquisa, agente não quer várias listas de espécies, estou falando da parte mais biológica, nós não precisamos de um inventário de todos os besouros, peixes que existem na APA BG. Estamos fazendo um plano de Área de Proteção Ambiental. A FZB é muito parceira da gente, já executou outros planos de manejo mas sempre em lugares de proteção integral. Então não queremos listas de espécies, queremos respostas a perguntas e respostas para poder negociar com a sociedade para compatibilizar a conservação com a compatibilização da ocupação do território o que é muito diferente de um plano de manejo de parque ou de reserva. **Professor Campani** pergunta quando será a reunião com a Câmara Temática. **Paola** fala que primeiro quer fazer uma reunião com a coordenação. **Cecília** sugere uma saída da Câmara com a FZB. **Luiza** fala que pelo que ela entendeu dessa saída seria um dia de campo na APA BG, mas que é importante definir o que se quer ver, porque um dia é pouco para conhecer a APA e fala que é bom ter mais gente junto. **Paola** faz um indicativo da primeira semana de novembro. **Tânia Peixoto** pergunta se isso não pode ser resolvido lá com a FZB, porque não envolve aqui o pessoal do Conselho. **Luiza** responde que estamos justamente falando em chamar a Câmara Temática do Conselho para participar dessa reunião portanto envolve sim. **Jan Karel** pede para participar da Câmara Temática. **Cecília** pergunta se mais alguma instituição quer participar da Câmara Técnica. **Sandra Berto** pergunta quem vai ser o coordenador dessa Câmara Técnica, se já foi definido. **Paola e Cecília** respondem que não. **Cecília** pergunta se sobre o Plano de Manejo alguém quer perguntar algo mais. Então pergunta se podemos passar para as portarias.

Pauta 5. Portarias - Cecília pergunta se os conselheiros querem votar as portarias. **Jan Karel** pergunta como essas duas minutas vão casar com o acordo, e se não seria mais prudente primeiro ler o acordo para não ficar quebrando a cabeça. **Cláudia Wolff** diz que não viu todo o acordo, mas uma parte passou por ela e além de falar em mineração, fala também em irrigação – captação. **Marilene Conte e Sandra Berto** comentam que a 102 foi revogada e agora a resolução nova é a 288. **Marilene Conte** diz que chama a atenção porque tem que passar pelo DEFAP e pergunta se tudo que é obra de APP tem que passar pelo DEFAP? **Luiza Losckin** responde que o DLF faz essa anuência e passa para a APA BG. **Professor Campani** diz que a 288 trabalha o impacto local, criando duas terminologias que podem confundir. Precisa a SEMA fazer uma portaria para pedir para um órgão interno da SEMA?. **Sérgio Cardoso** fala que na próxima reunião devem trazer o parecer dos municípios. **Cecília** responde que a ideia é trazer para incluir vocês. **Marilene Conte** pergunta por que foi feita essa portaria? **Cecília** responde que é para desburocratizar porque a APA BG é que tem que avaliar, emitir parecer e que

com essa portaria tudo estaria autorizado. **Luísa Losckin** diz que a tempo existe essa portaria, mas nunca foi publicada por nenhum Secretário, talvez precisa ser amadurecido isso. **Marilene Conte** O Conselho entendeu essa resolução, quem autoriza a atividade é a APA BG. **Ivo Lessa** fala que estamos trabalhando com três documentos novos, a 288, o Plano de Manejo e as Portarias. Pergunta se não seria prudente um tempo para analisar, não tem como definir hoje. Concorde que toda a ideia vai dar guarida, será uma boa para o trabalho da APA BG, mas precisamos de mais tempo para analisar essas portarias. **Marilene Conte** sugere que seja resgatado na próxima reunião a questão de quais os empreendimentos que realmente o Conselho quer que passe por ele, para que todos entendam melhor. **Cecília** fala que o Promotor “bateu o pé” quanto a oitiva do Conselho em todos os licenciamentos. **Luísa** fala que teve uma versão dessa portaria que passou pelo Conselho e foi aprovada, mas nunca foi publicada, poderíamos analisar o que foi alterado da portaria inicial. **Professor Campani** fala que já tem a 288 pronta, deve ser reavaliada e primeiro uma boa notícia a UFRGS está fazendo oitenta e cinco anos este ano e estamos com local licenciado ambientalmente, a licença ambiental da UFRGS saiu a um mês atrás. A dúvida é se estamos no raio dos 10km, eu lembro que lá atrás, em 2007 a gente chegou a trabalhar, era um documento do DEFAP. Temos que adequar a nova 288. Eu não sei como está sendo interpretado, se existe uma área de proteção podemos estar dando um tiro no pé, se a legislação diz se tem uma área de proteção federal o IBAMA é quem licencia, se tem uma área de proteção estadual tem que ser FEPAM, então temos que aplicar a 140, temos que fazer este estudo. **Cecília** concorda então que este item fique para a próxima reunião e passa a palavra para Rafael que é o Coordenador da Câmara Temática do licenciamento da RS 118.

Pauta 6. Câmara Temática do licenciamento da RS 118 Rafael Goelzer pergunta de todos receberam o link para baixar o relatório técnico de estudo ambiental para o licenciamento das obras de pavimentação asfáltica na área que contém a RS118 Lami a Porto Alegre é um trecho de 14km. Informa que não conseguiram marcar a reunião e pede um prazo até a próxima sexta-feira para debater essas questões e que no próximo dia treze façam uma reunião na FIERGS às nove da manhã, para que a gente debata isso para aprovar dentro desse grupo. Então pergunta se alguém que está no grupo quer sair ou alguém que não está quer ingressar? Hoje nós temos a FIERGS, ACIVI, FARSUL, APNVG e a Prefeitura de Viamão. A intenção é depois desta reunião, trazer para esse Conselho, o que foi discutido e aprovado. Para que não fique nada engavetado. Informa que o Samuel do Vila Ventura foi convidado a participar desta reunião também está disponibilizando o ambiente para fazer uma reunião. Mas ficou definido que o local desta reunião será na FIERGS. **Cecília** aproveita que sobrou tempo e fala sobre o plano de gestão. A Sede conjunta da APA BG, não vai sair mais, mas o recurso da Transpetro é da APA BG, será utilizado em outro projeto, outra rubrica mas não na construção da Sede. Fala na aquisição da administrativa Ana Paula Ribeiro, um reboque para embarcação, outros bens através de um TAC da CORSAN que estão por vir e o curso de capacitação dos guardas-parques Quanto a Educação Ambiental,

divulgação, a exposição Berço das Águas que está lá em Santo Antonio da Patrulha a apresentação do plano de trabalho do Plano de manejo. Estamos tentando o plano de fiscalização integrada na Região Metropolitana, vamos convidar instituições e municípios para participarem. Informa que está em andamento o programa de conservação do Cervo do Pantanal do RS que é coordenado pelo Instituto Curicaca e tem como instituições parceiras a UFRGS, SEMA, FZB. O Instituto Curicaca será convidado na próxima ocasião, a fazer uma apresentação. No Conselho temos uma nova representação que é a do Sindicato de Glorinha que foi aprovada na última reunião. Pergunta sobre os assuntos gerais se alguém tem algo.

Pauta 6. Assuntos Gerais: **Paulo Heerd**t pergunta se descobriram sobre o licenciamento da EGR RS 040. **Cecília** responde que ainda não notificaram a EGR, mas será notificada a apresentar a anuência e de qualquer forma eles estão sem a anuência da APA BG. **Tânia Peixoto** fala que a APNVG vai trazer um documento para a coordenação do Conselho encaminhar a quem de justiça, a questão da Free Way que está ampliando uma via pelo canteiro do meio está colocando a mureta de concreto, já morrem animais em quantidade sem a mureta. Como é que fica quem é que fez o licenciamento? Isto está dentro da APA BG os bichos estão morrendo aos montes ali, foi dito que iriam fazer túneis para os animais atravessarem, mas não aconteceu. Vocês estão aí dizendo que vão fazer visita na APA BG, nós não vamos fazer visita nenhuma, nós estamos lá dentro da APA BG todos os dias, vendo o que está acontecendo. Vai chegar as mãos de vocês um documento sobre isso, para ser resolvido rapidinho, eles estão em Gravataí, mas estão chegando. **Cecília** diz que tem solicitado insistentemente para a CONCEPA uma posição sobre a fauna atropelada. Pergunta de alguém mais quer fazer alguma colocação. Próxima reunião dia primeiro de dezembro de dois mil e quatorze em Santo Antonio da Patrulha.

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente Interina do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Cecília Schüller Nin encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu Ana Paula Maciel Ribeiro lavrei a presente ata.